

1 INSTRUMENTOS JURIDICOS - ASPECTOS LEGAIS E INSTITUCIONAIS

1.1 POLÍTICA NACIONAL DE MEIO AMBIENTE

No Brasil observa-se uma robusta legislação referente ao tema ambiental, contemplada em diversos instrumentos, desde a Constituição Federal de 1988 (CF), Leis, Decretos e instrumentos normativos técnicos e específicos para cada bem ambiental tutelado.

Destaca-se que a Constituição Federal de 1988 inovou ao trazer um capítulo específico (capítulo VI) para a temática ambiental, tratando do princípio norteador até diretrizes para o seu cumprimento. O princípio ambiental constitucional basilar é o do desenvolvimento sustentável e está disposto no artigo 225 da CF:

“Art. 225. Todos têm direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado, bem de uso comum do povo e essencial à sadia qualidade de vida, impondo-se ao Poder Público e à coletividade o dever de defendê-lo e preservá-lo para as presentes e futuras gerações.”

Dentre as principais leis ambientais brasileiras, destaca-se a Lei Federal nº 6.938, de 1981, que dispõe sobre a Política Nacional de Meio Ambiente - PNMA. Nos termos da Lei, a PNMA “tem por objetivo a preservação, melhoria e recuperação da qualidade ambiental propícia à vida, visando assegurar, no País, condições ao desenvolvimento socioeconômico, aos interesses da segurança nacional e à proteção da dignidade da vida humana” (art. 2º).

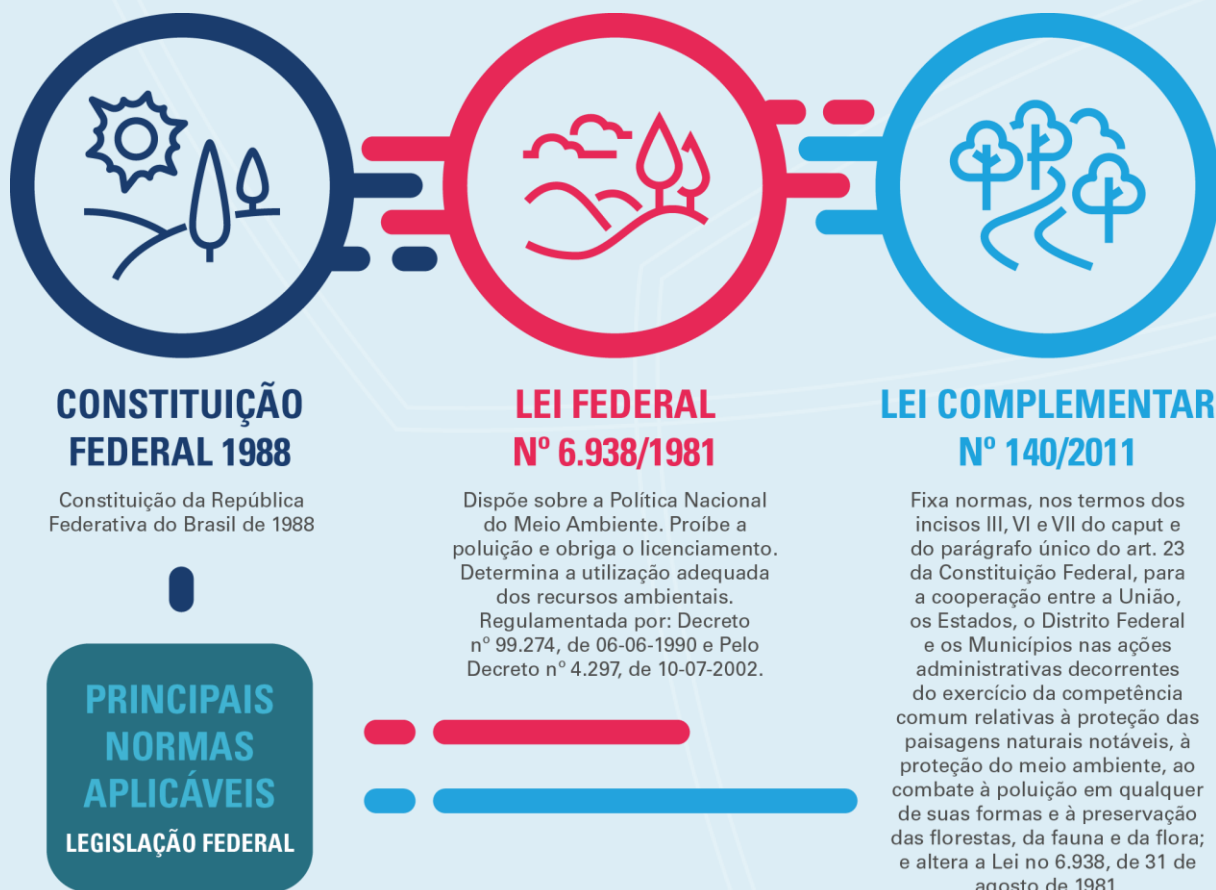
A PNMA tem entre seus objetivos:

- A compatibilização do desenvolvimento econômico-social com a preservação da qualidade do meio ambiente e do equilíbrio ecológico.
- O estabelecimento de critérios e padrões de qualidade ambiental e de normas relativas ao uso e manejo de recursos ambientais.
- À imposição, ao poluidor e ao predador, da obrigação de recuperar e/ou indenizar os danos causados e, ao usuário, da contribuição pela utilização de recursos ambientais com fins econômicos.

Nota-se que a PNMA não tem a intenção de tornar o ambiente “intocável”. Ao contrário, a política visa apontar as referências para atuação do estado no fomento e garantia de um desenvolvimento sustentável. Para tanto, o equilíbrio entre uso e conservação dos recursos ambientais, a definição e atendimento a parâmetros de qualidade ambiental e a responsabilização dos “usuários” destes recursos, devem ser (e vem sendo) efetivados por meio de normas e planos orientadores para a atuação dos órgãos públicos e da comunidade brasileira.

Os órgãos e entidades do Estado, nas esferas federal, municipal e estadual responsáveis pela promoção da PNMA, compõem o Sistema Nacional de Meio Ambiente – SISNAMA.

A seguir apresenta-se um resumo com as principais normas sobre o tema.



1.2 ASPECTOS LEGAIS MINERÁRIOS - AGÊNCIA NACIONAL DE MINERAÇÃO - ANM (DIREITO MINERAL E MEIO AMBIENTE)

A legislação Brasileira prevê que o desenvolvimento da atividade de mineração possui como fundamento o interesse nacional e a utilidade pública, devendo seguir as regras regidas pelo Código de Mineração (Decreto-Lei nº 227, de 1967, recentemente atualizado pela Lei nº 14.066, de 2020).

De acordo com a CF, art. 176, todos os recursos minerais pertencem à União, que possui competência de organizar e administrar tais recursos, por meio da Agência Nacional de Mineração - ANM, do Ministério de Minas e Energia – MME e pela Companhia de Pesquisa de Recursos Minerais CPRM. O direito de aproveitamento será prioridade do requerente que tenha por objeto área considerada livre na data da protocolização do pedido na ANM.

A atividade minerária possui como característica a rigidez locacional, vez que o empreendedor não pode escolher livremente o local onde exercer sua atividade produtiva, porque as minas devem ser lavradas onde há sua incidência. Assim, mesmo em fase de pesquisa, a localização

do mineral dá ensejo a obtenção de autorizações ambientais para intervenção, como o Documento Autorizativo de Intervenção Ambiental (DAIA). Poderá ocorrer ainda, a necessidade de extração do próprio minério para realização de testes, chamada lavra experimental, que mesmo de pequeno porte, poderá implicar em impactos ambientais.

Nos termos da Portaria DNPM nº 237, de 2001, as Normas Reguladoras de Mineração – NRM têm por objetivo disciplinar o aproveitamento racional das jazidas, considerando-se as condições técnicas e tecnológicas de operação, de segurança e de proteção ao meio ambiente, e seu cumprimento é obrigatório para o exercício de atividades minerárias, cabendo a ANM fiscalização de suas aplicações.

Destaca-se que para o exercício da atividade minerária é necessária a implantação e operação de diversas estruturas. Tais estruturas contemplam àquelas que permitem a exploração mineral em si (como a cava, usina de beneficiamento, *sumps* e diques, canteiro de obras, acessos e outras), e àquelas que viabilizam o controle operacional das atividades, com destaque para os controles ambientais (como a pilha de estéril, estações de tratamento de água, estações de tratamento de esgotos, entre outros sistemas de controle).

Tais estruturas, com características próprias e comuns na interação com o meio ambiente, devem ser consideradas, avaliadas e autorizadas no processo de licenciamento ambiental da atividade minerária, visando que sua atividade esteja lastreada pela parâmetros técnicos legais.

Desta forma, a legislação ambiental abordada neste item para atividade minerária como um todo, aplica-se, de forma geral, às estruturas componentes do empreendimento que, não obstante, podem ter normas específicas para sua regulação. A seguir, apresenta-se um resumo com as principais normas sobre o tema.



LEGISLAÇÃO MINERÁRIA

1.3 LICENCIAMENTO AMBIENTAL



A Lei Federal nº 6.938, de 1981 dispõe em seu artigo 9º, diversos instrumentos da Política Nacional de Meio Ambiente. Dentre tais instrumentos, certamente, o licenciamento ambiental, previsto no inciso IV, foi o que ganhou maior efetividade, pelo poder público, e aderência pelo empreendimento.

Nos termos da política, a construção, instalação, ampliação e funcionamento de estabelecimentos e atividades utilizadores de recursos ambientais, efetiva ou potencialmente poluidores ou capazes, sob qualquer forma, de causar degradação ambiental dependerão de prévio licenciamento ambiental (art. 10º).

Em âmbito federal, cabe ao IBAMA propor ao CONAMA normas e padrões para implantação, acompanhamento e fiscalização do licenciamento ambiental, além das que forem oriundas do próprio CONAMA. Quanto ao tema, destaca-se a Resolução CONAMA nº 237, de 1997 que dispõe, de forma geral, sobre o licenciamento ambiental. Tal resolução traz diversas regras ao processo de licenciamento ambiental, em grande parte absorvidas pelas legislações estaduais e municipais.

Em Minas Gerais a legislação ambiental que trata do licenciamento ambiental passou por recentes e importantes alterações, constituindo uma busca na evolução e eficácia da

sistemática do processo e adequação à realidade fática, que também evolui constantemente. A obrigatoriedade da precedência do licenciamento ambiental e respectivos estudos para empreendimentos efetiva ou potencialmente poluidores em Minas Gerais é prevista na Lei nº 7.772, de 1980.

Entretanto, a estrutura do Sistema Estadual de Meio Ambiente - SISEMA e a sistemática do licenciamento, que evoluiu desde então, está normatizada, principalmente, pela Lei nº 21.972, de 2019, pelos Decretos Estaduais nº 47.383, de 2018 e nº 47.787, de 2019 e Deliberações Normativas COPAM nº 213 e 217, de 2017.

A Lei Estadual nº 21.972, de 2016, dispõe sobre o Sistema Estadual do Meio Ambiente, que é o conjunto de órgãos e entidades responsáveis pelas políticas de meio ambiente e de recursos hídricos, com a finalidade de conservar, preservar e recuperar os recursos ambientais e promover o desenvolvimento sustentável e a melhoria da qualidade ambiental do Estado.

O Decreto Estadual nº 47.787, de 2019, dispõe sobre a organização da Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável - SEMAD, que é o órgão responsável pela implementação e acompanhamento das políticas públicas para a conservação, a preservação e a recuperação dos recursos ambientais, bem como competente para planejar, elaborar, deliberar, coordenar, gerir e supervisionar as ações setoriais a cargo do Estado quanto à temática ambiental.

O Decreto Estadual nº 47.383, de 2018, estabelece normas para o licenciamento ambiental no estado e, ainda, tipifica e classifica infrações às normas de proteção ao meio ambiente e aos recursos hídricos. Tal decreto também estabelece procedimentos administrativos de fiscalização e aplicação das penalidades.

A Deliberação Normativa COPAM nº 217, de 2017 estabelece, em Minas Gerais, os critérios para classificação dos empreendimentos efetiva ou potencialmente poluidores a serem instalados e operarem no estado. Tal classificação e o procedimento de licenciamento ambiental dos empreendimentos pertinentes serão definidos pela relação da localização da atividade ou empreendimento, com seu porte e potencial poluidor/degradador, levando em consideração sua tipologia.

Já a Deliberação Normativa COPAM nº 213, de 2017, regulamenta o disposto no art. 9º, inciso XIV, alínea “a” e no art. 18, § 2º da Lei Complementar Federal nº 140/2011¹, para estabelecer

¹ “LC 140

Art. 9º São ações administrativas dos Municípios: (...)

XIV - observadas as atribuições dos demais entes federativos previstas nesta Lei Complementar, promover o licenciamento ambiental das atividades ou empreendimentos:

a) que causem ou possam causar impacto ambiental de âmbito local, conforme tipologia definida pelos respectivos Conselhos Estaduais de Meio Ambiente, considerados os critérios de porte, potencial poluidor e natureza da atividade; (...)

Art. 18. Esta Lei Complementar aplica-se apenas aos processos de licenciamento e autorização ambiental iniciados a partir de sua vigência. (...)

§ 2º Na hipótese de que trata a alínea “a” do inciso XIV do art. 9º, a aplicação desta Lei Complementar dar-se-á a partir da edição da decisão do respectivo Conselho Estadual.”

as tipologias de empreendimentos e atividades cujo licenciamento ambiental será atribuição dos Municípios.

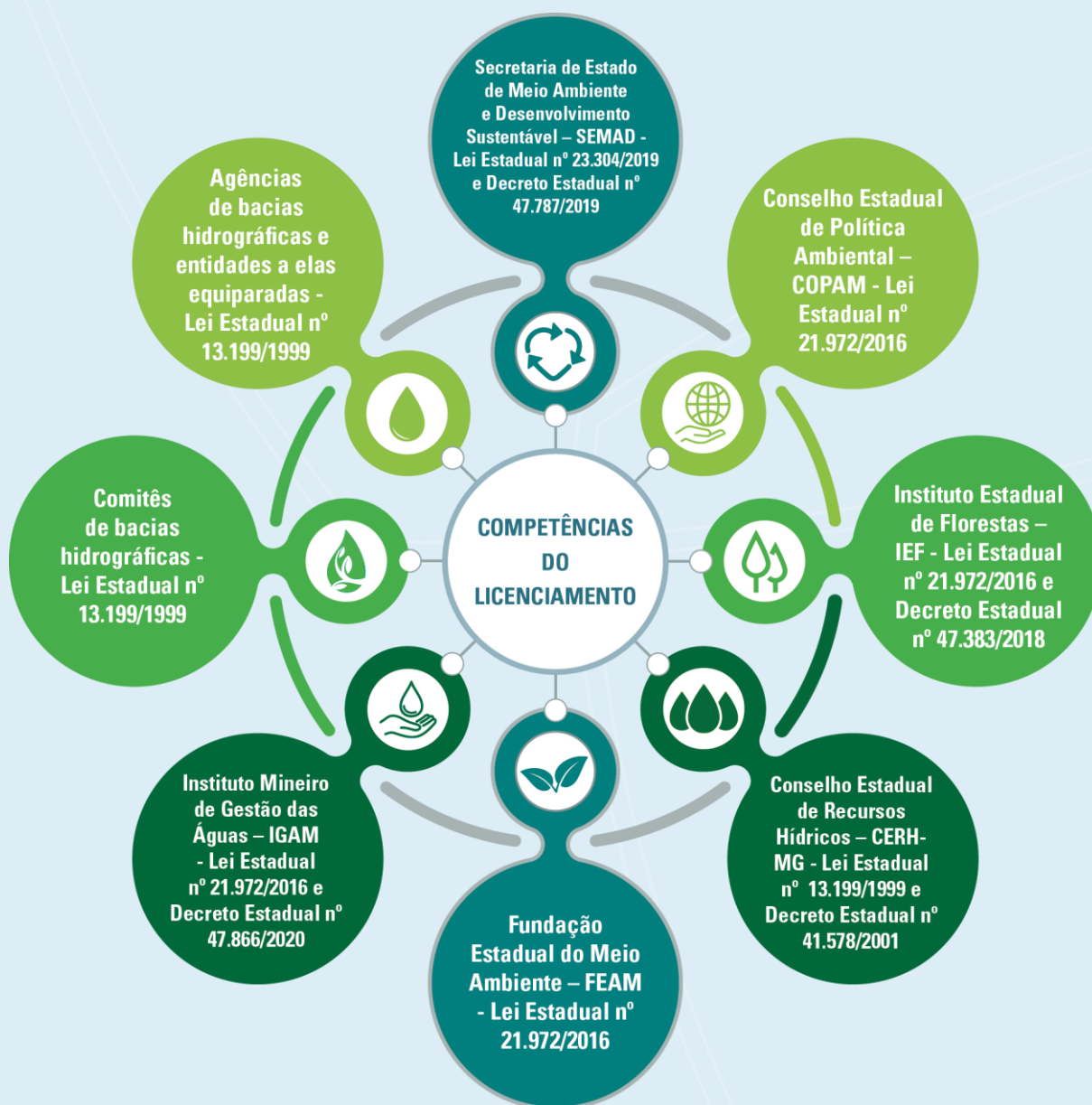
Ainda na esteira do disposto na Lei Complementar nº 140, de 2011, os empreendimentos e atividades são licenciados ou autorizados, ambientalmente, por um único ente federativo, em conformidade com as atribuições estabelecidas pela referida Lei, em que pese os demais entes federativos interessados possam manifestar-se de maneira não vinculante, devendo ser respeitados os prazos e procedimentos do licenciamento ambiental.

1.4 SISTEMA ESTADUAL DE MEIO AMBIENTE

Uma vez que o processo de licenciamento ambiental fluirá junto ao Estado de Minas Gerais, demonstrar-se-á a estrutura estadual em que o procedimento se desencadeia. A já citada Lei nº 21.972, de 2016, merece destaque uma vez que dispõe sobre o conjunto de órgãos e entidades responsáveis pelas políticas de meio ambiente e de recursos hídricos, com a finalidade de conservar, preservar e recuperar os recursos ambientais e promover o desenvolvimento sustentável e a melhoria da qualidade ambiental do Estado de Minas Gerais. Esse conjunto de órgãos compõe o SISEMA. Nesta mesma lei está disposto sobre a importante competência do Conselho Estadual de Meio Ambiente (COPAM).

O Decreto Estadual nº 47.383, de 2018, dispõe sobre a organização da Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável (SEMAD), que é o órgão responsável pela implementação e acompanhamento das políticas públicas para a conservação, a preservação e a recuperação dos recursos ambientais, bem como competente para planejar, elaborar, deliberar, coordenar, gerir e supervisionar as ações setoriais a cargo do Estado quanto à temática ambiental. Este Decreto estabelece normas para o licenciamento ambiental no estado e, ainda, tipifica e classifica infrações às normas de proteção ao meio ambiente e aos recursos hídricos. Tal decreto também estabelece procedimentos administrativos de fiscalização e aplicação das penalidades.

Apresentam-se, a seguir, as principais competências envolvidas no processo de licenciamento ambiental.



1.5 MODALIDADE DE LICENCIAMENTO

A Lei Estadual nº 21.972, de 2016, que dispõe sobre o Sistema Estadual de Meio Ambiente e Recursos Hídricos (SISEMA), trouxe as modalidades de licenciamento ambiental. O que se chama de modalidade é a forma de desencadeamento das fases do processo de licenciamento ambiental a ser determinada de acordo com a conjugação de classe e critérios locais de enquadramento.



1.6 SISTEMA DE LICENCIAMENTO AMBIENTAL - SLA

O Sistema de Licenciamento Ambiental (SLA) foi instituído pela Resolução SEMAD nº 2.890, de 2019, sendo determinado para ações relativas à execução do licenciamento ambiental. Ou seja, a partir de seu lançamento os pedidos de licenciamento ambiental deverão ser realizados por esta plataforma. Na sequência são destacados alguns pontos relevantes considerados na referida Resolução SEMAD referente ao uso do SLA.



1.7 TERMOS DE REFERÊNCIA

Conforme disposto pela 26 da Lei Estadual nº 21.972 de 2016, os procedimentos para o licenciamento ambiental serão estabelecidos pelo órgão ambiental competente de forma a compatibilizar o conteúdo dos estudos técnicos e documentos exigíveis para a análise das etapas de viabilidade ambiental, instalação e operação das atividades dos empreendimentos, respeitados os critérios e as diretrizes estabelecidos na legislação ambiental e tendo por base as peculiaridades das tipologias de atividades ou empreendimento.

Para tanto, há previsão legal de que serão emitidos termos de referência para elaboração dos estudos técnicos a serem apresentados pelo empreendedor para subsidiar a análise da viabilidade ambiental e a avaliação da extensão e intensidade dos impactos ambientais de uma atividade ou empreendimento, bem como a proposição de medidas mitigadoras, compensatórias e de monitoramento.

No sítio da SEMAD², há disponibilizado termos de referência específicos para estudos ambientais referentes a algumas atividades. Quando não houver termo de referência para a atividade específica a ser desenvolvida, deve ser utilizado o termo de referência geral.

1.8 ESTUDOS AMBIENTAIS

Nos termos do art. 1º, inciso III da Resolução CONAMA nº 237, de 1997, estudos ambientais são todos e quaisquer estudos relativos aos aspectos ambientais relacionados à localização, instalação, operação e ampliação de uma atividade ou empreendimento, apresentado como subsídio para a análise de uma licença requerida. Exemplos: relatório ambiental, plano e projeto de controle ambiental, relatório ambiental preliminar, diagnóstico ambiental, plano de manejo, plano de recuperação de área degradada e análise preliminar de risco.

Destaca-se que o Estudo de Impacto Ambiental – EIA é aquele exigido, na vasta legislação ambiental brasileira, para instruir o pedido de licença ambiental para empreendimentos efetiva ou potencialmente causadoras de significativa degradação do meio ambiente.

Outro estudo que vale mencionar é Estudo de Impacto de Vizinhança – EIV, que pode ser exigido para empreendimentos em área urbana quando da instrução do pedido da licença ambiental, nos termos da Lei 10.257, de 2001 (Estatuto das Cidades). A elaboração do EIV não substitui a elaboração e a aprovação de estudos ambientais prévios, como o EIA, requeridas nos termos da legislação ambiental. Ou seja, caso necessária a elaboração do EIV, ele deve ser complementar ao estudo ambiental prévio, abordando as questões determinadas pelo respectivo poder público municipal.

² <http://www.meioambiente.mg.gov.br/imprensa/noticias/1167-termos-de-referencia-para-elaboracao-de-estudo-de-impactorelatorio-de-impacto-ambiental-eiarima> (Consultado em 23/03/2021)

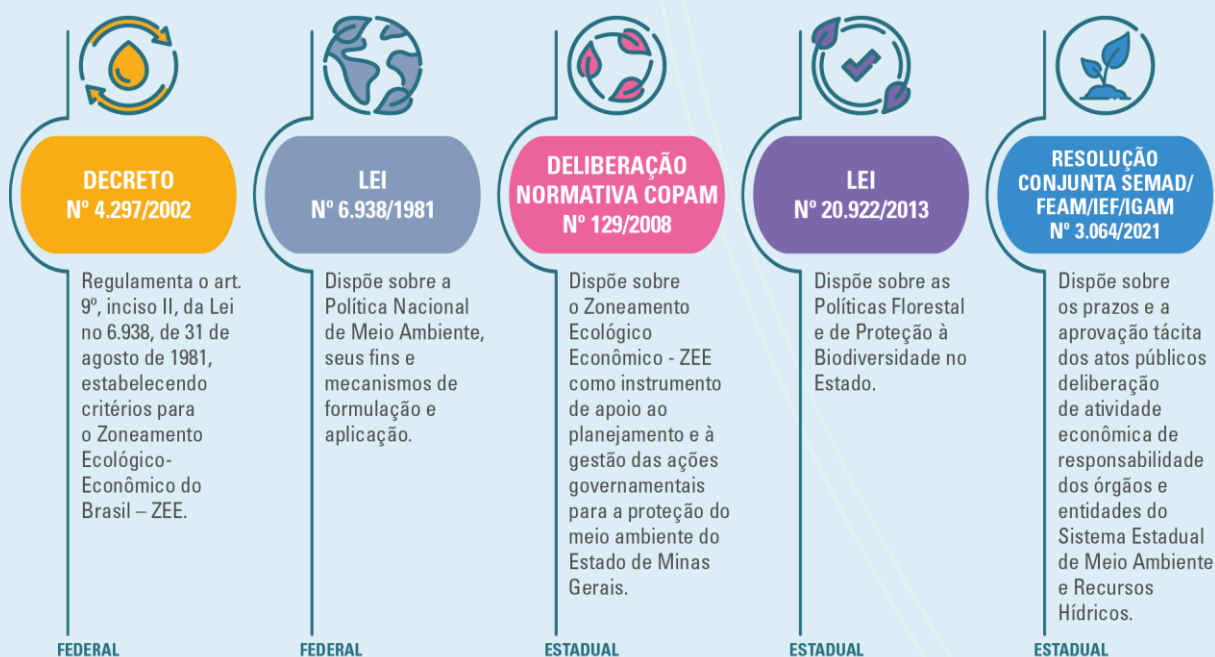
1.9 ZONEAMENTO ECOLÓGICO ECONÔMICO - ZEE

O Zoneamento Ecológico-Econômico – ZEE é um instrumento estratégico de planejamento regional e de gestão territorial que estabelece indicadores sobre limites e potencialidades de uso dos recursos naturais através de estudos tanto geobiofísicos, quanto socioeconômicos inicialmente estabelecido na Política Nacional de Meio Ambiente (Lei federal nº 6.938, de 1981).

No Estado de Minas Gerais, o principal objetivo do ZEE é subsidiar o planejamento e orientação das políticas públicas e das ações em meio ambiente nas regiões, por meio de um Macro diagnóstico do Estado, viabilizando a gestão territorial, estimulando a participação dos Conselhos Plurais, Conselho Estadual de Políticas Ambientais (COPAM), Conselho Estadual de Recursos Hídricos (CERH) e Comitês de Bacia, com vistas à sua gestão, segundo critérios de sustentabilidade econômica, social, ecológica e ambiental.

Os interesses federais, estaduais e municipais por estarem em escalas diferenciadas e, não devem ser analisados de forma isolada.

ZONEAMENTO ECOLÓGICO-ECONÔMICO – ZEE



Observação:

A localização da área de Reserva Legal no imóvel rural deverá levar em consideração o Zoneamento Ecológico-Econômico (art. 26 da Lei nº 20.922, de 16-10-2013). Não há obrigação expressa diretamente para o empreendedor aplicável ao tema ZEE.

1.10 OBRIGAÇÕES CONCOMITANTES AO LICENCIAMENTO AMBIENTAL (ESTUDOS E LICENÇAS, AUTORIZAÇÕES, ANUÊNCIAS)

Dentre as principais obrigações do empreendedor na fase de pré-operação encontra-se a obtenção das licenças ambientais previamente à fase que será desenvolvida. A legislação até o momento colecionada trata do tema e não cabe repeti-las neste momento. Entretanto, destacar-se-á a norma mineira basilar para o procedimento de obtenção das referidas licenças ambientais, o Decreto Estadual nº 47.383, de 2018.

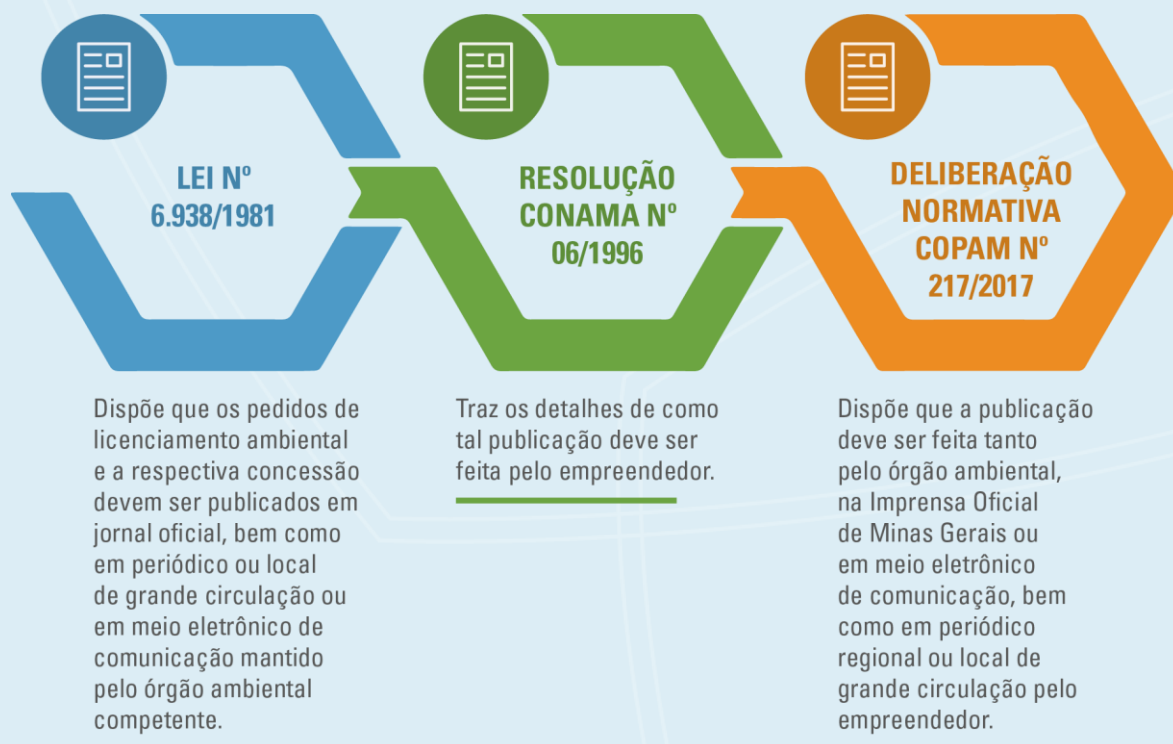
O procedimento de licenciamento ambiental deve ser iniciado com a caracterização, pelo empreendedor, da atividade ou do empreendimento, inclusive quanto à intervenção ambiental e ao uso de recursos hídricos, na qual deverão ser consideradas todas as atividades por ele exercidas, mesmo que em áreas contíguas ou interdependentes, sob pena de aplicação de penalidade caso seja constatada fragmentação do processo de licenciamento.

A orientação para formalização do processo de regularização ambiental será emitida pelo órgão estadual responsável pelo licenciamento ambiental, com base nas informações prestadas na caracterização do empreendimento, e determinará a classe de enquadramento da atividade ou do empreendimento, a modalidade de licenciamento ambiental a ser requerida, bem como os estudos ambientais e a documentação necessária à formalização desse processo, do processo de outorga dos direitos de uso de recursos hídricos e do processo de intervenção ambiental, quando necessários.

1.11 PUBLICIDADE

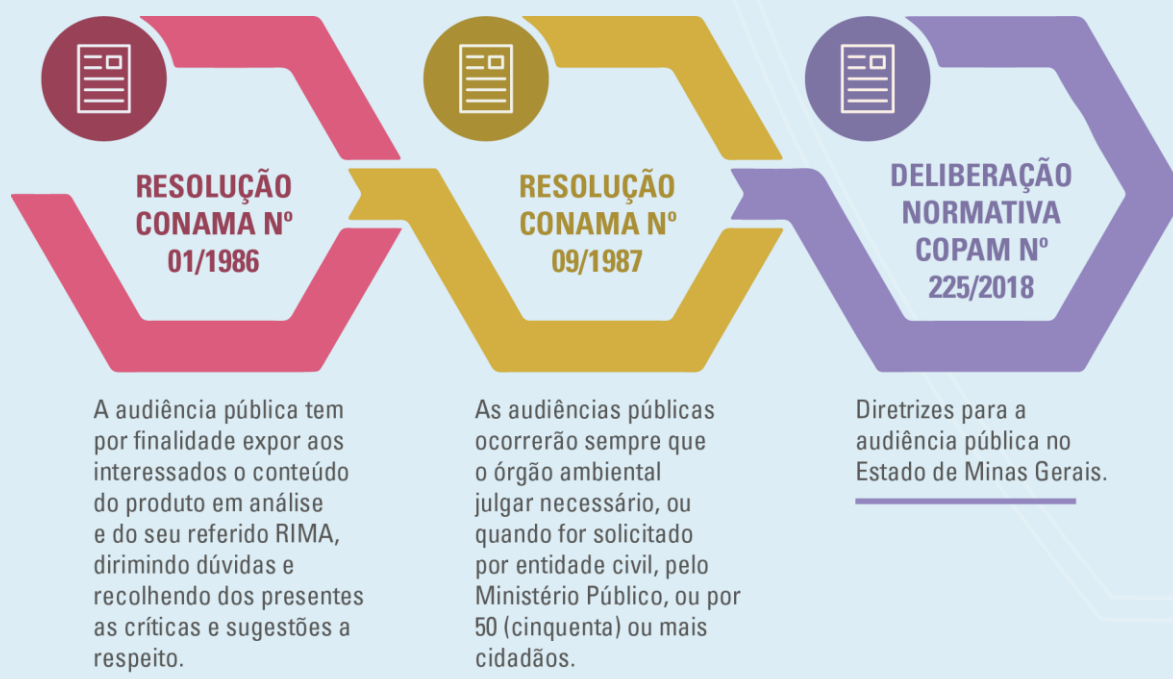
Dentre as exigências do art. 225 da Constituição Federal, que compõe o capítulo destinado ao meio ambiente na carta magna, tem-se a publicidade dos estudos ambientais prévios ao licenciamento, o que pode ser estendido a todo processo de licenciamento.

4.11.1 PUBLICAÇÃO



No caso do empreendedor, este deverá providenciar a publicação do requerimento da licença ambiental antes da formalização do processo e, no prazo de 30 (trinta) dias após a publicação da concessão da licença ambiental, devendo ser apresentada cópia ou original do periódico regional ou local de grande circulação junto ao órgão ambiental.

4.11.2 AUDIÊNCIA PÚBLICA



1.12 ANUÊNCIA MUNICIPAL

A Resolução CONAMA nº 273, de 1997, dispõe em seu artigo 5º, dentre os documentos a serem solicitados pelo órgão ambiental para emissão da Licença Prévia e de Instalação, a declaração da Prefeitura Municipal ou do governo do Distrito Federal de que o local e o tipo de empreendimento ou atividade está em conformidade com o Plano Diretor ou lei de uso e ocupação do solo.

O Decreto Estadual 47.383, de 2018, trouxe com mais detalhes a obrigação, exigido que o processo de licenciamento ambiental deverá ser obrigatoriamente instruído com a certidão emitida pelos municípios abrangidos pela Área Diretamente Afetada (ADA) do empreendimento, cujo teor versará sobre a conformidade do local de implantação e operação da atividade com a legislação municipal aplicável ao uso e ocupação do solo.

Nos termos do referido decreto, a certidão deverá ser apresentada durante o trâmite do processo administrativo e antes da elaboração do parecer único, sob pena de arquivamento do processo.

Atendido o requisito de apresentação da certidão municipal, a obrigação restará cumprida, sendo desnecessário reiterar sua apresentação nas demais fases do processo de licenciamento ambiental, quando esse não ocorrer em fase única, bem como na renovação, ressalvados os casos de alteração ou ampliação do projeto que não tenham sido previamente analisados pelo município.

1.13 AUTORIZAÇÕES DE OUTROS ÓRGÃOS

Conforme já mencionado, as autorizações para intervenção ambiental e uso de recursos hídricos de competência do Estado de Minas Gerais, vinculados ao processo de licenciamento que fluem no órgão ambiental mineiro, são analisadas e decididas pelas instituições competentes à análise e decisão do próprio processo de licenciamento.

Entretanto, importante considerar que caso o empreendimento represente impacto social em terra indígena, em terra quilombola, em bem cultural acautelado, em zona de proteção de aeródromo, em área de proteção ambiental municipal e em área onde ocorra a necessidade de remoção de população atingida, dentre outros, o empreendedor deverá instruir o processo de licenciamento com as informações e documentos necessários à avaliação das intervenções pelos órgãos ou entidades públicas federais, estaduais e municipais detentores das respectivas atribuições. Conforme já exposto em tópico específico, a incidência do empreendimento em unidade de conservação enseja a anuência da entidade gestora.

Para avaliação de impacto aos bens arqueológicos, conforme classificação do empreendimento estabelecida pelo IPHAN, deverá ser elaborado estudo com conteúdo e profundidade específicos. Tal órgão deverá elaborar parecer conclusivo quanto ao atendimento técnico jurídico dos estudos e programas realizados.

O IEPHA/MG, instituído pela Lei Estadual nº 5.775, de 1971, tem por finalidade pesquisar, proteger e promover o patrimônio cultural do Estado. A prerrogativa de atuação do órgão nos processos de licenciamento ambiental, para avaliação de impacto de atividades e empreendimentos no âmbito do patrimônio cultural, encontra-se na Lei estadual nº 11.726, de 1994, que trata da Política Cultural do Estado de Minas Gerais e no Decreto Estadual nº 45.850, de 2011 que dispõe sobre o Estatuto do Instituto Estadual do Patrimônio Histórico e Artístico de Minas Gerais – IEPHA/MG.

A Deliberação Normativa CONEP nº 07, de 2014, estabeleceu as regras para realização de estudos de impacto do patrimônio cultural do Estado de Minas Gerais. Nos termos desta resolução realização de empreendimento que tenha efeito real ou potencial, material ou imaterial, sobre área ou bem identificado como de interesse histórico, artístico, arquitetônico ou paisagístico pelo Poder Público, depende da elaboração de Estudo Prévio de Impacto Cultural (EPIC) e da aprovação do respectivo Relatório de Impacto no Patrimônio Cultural (RIPC). O conteúdo destes documentos, assim como os tramites de sua interposição e análise, também figura na aludida deliberação normativa. A seguir apresentam-se as normas relativas ao tema.

4.13.1 Patrimônio Cultural

A seguir, apresentam-se os requisitos legais relativos ao tema.



PATRIMÔNIO CULTURAL

4.13.2 PATRIMÔNIO ESPELEOLÓGICO

As cavidades naturais subterrâneas existentes no território nacional recebem proteção legal de modo a permitir estudos e pesquisas de ordem técnico-científica, bem como atividades de cunho espeleológico, étnico-cultural, turístico, recreativo e educativo.

No tocante ao licenciamento ambiental, a legislação que versa sobre o patrimônio espeleológico nacional estabelece que o órgão ambiental competente pelo licenciamento do empreendimento ou atividade é responsável por realizar a análise dos estudos espeleológicos e avaliar o grau de impacto ao patrimônio espeleológico afetado (Resolução CONAMA nº 347, de 2004), assim como classificar o grau de relevância da cavidade natural subterrânea.

Recentemente entrou em vigor o Decreto 10.935 de 12 de janeiro de 2022 que dispõe sobre a proteção das cavidades naturais subterrâneas existentes no território nacional. Tal dispositivo revogou o Decreto no 99.556, de 1º de outubro de 1990, apresentando importantes alterações na legislação pertinente

Nos termos do novo decreto o grau de relevância da cavidade natural subterrânea será classificado como máximo, alto, médio ou baixo, de acordo com a análise de atributos ecológicos, biológicos, geológicos, hidrológicos, paleontológicos, cênicos, histórico-culturais e socioeconômicos, avaliados sob enfoque regional e local.

As cavidades naturais subterrâneas com grau de relevância máximo somente poderão ser objeto de impactos negativos irreversíveis quando autorizado pelo órgão ambiental licenciador competente, no âmbito do licenciamento ambiental da atividade ou do empreendimento.

A possibilidade de interferências em cavidades de máxima relevância altera totalmente os preceitos da norma anterior a qual não poderia ter nenhum tipo de impacto irreversível em cavidades de máxima relevância.

O art. 5º do novo Decreto institui que a cavidade natural subterrânea classificada com grau de relevância alto, médio ou baixo poderá ser objeto de impactos negativos irreversíveis quando autorizado pelo órgão ambiental licenciador competente, no âmbito do licenciamento ambiental da atividade ou do empreendimento considerando algumas hipóteses de compensação a depender do grau de relevância ou medidas para financiar ações que contribuam para a conservação e para o uso adequado do patrimônio espeleológico brasileiro, especialmente das cavidades naturais subterrâneas com grau de relevância máximo e alto.

Na hipótese de empreendimento ou de atividade que ocasione impacto negativo irreversível em cavidade natural subterrânea com grau de relevância baixo, o empreendedor não ficará obrigado a adotar medidas e ações para assegurar a preservação de outras cavidades naturais subterrâneas.

O art. 8º do citado Decreto prevê que, sem prejuízo da aplicação dos procedimentos definidos neste Decreto a partir da data de sua entrada em vigor, através de ato conjunto do Ministro de Estado do Meio Ambiente, do Ministro de Estado de Minas e Energia e do Ministro de

Estado de Infraestrutura, ouvidos o Instituto Chico Mendes e o Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (IBAMA), disporá sobre:

- I - Metodologia para a classificação do grau de relevância das cavidades naturais subterrâneas, observado o disposto no art. 2º.
- II - Atributos ambientais similares.
- III - Outras de formas de que tratam os incisos III e IV do § 1º do art. 5º.

Desta forma até que se obtenha um novo padrão de classificação metodológica sob grau de relevância serão utilizadas as classificações presentes de acordo com Instrução Normativa MMA n° 02, de 2017.

Vale ressaltar que o licenciamento ambiental de empreendimentos que afetam cavidades ou sua área de influência deverá atender também a Resolução CONAMA nº 347/2004 que dispõe sobre a proteção do patrimônio espeleológico.

Destaca-se ainda, em âmbito federal, a Portaria IBAMA nº 887/1990, dispondo que a área de influência de uma cavidade natural subterrânea será definida por estudos técnicos específicos, obedecendo as peculiaridades e características de cada caso. Entretanto, nos termos desta portaria, a área de influência, até que se efetive os estudos específicos, deverá ser identificada a partir da projeção em superfície do desenvolvimento linear da cavidade considerada, no qual será somado um entorno adicional de proteção de, no mínimo, 250 (duzentos e cinquenta) metros.

Em Minas Gerais, o Decreto Estadual nº 47.041/2016 dispõe sobre os critérios para a compensação e a indenização dos impactos e danos causados em cavidades naturais subterrâneas existentes no território do Estado.

A seguir apresentam-se as normas relativas ao tema.



4.13.3 EMPREENDIMENTO EM UNIDADES DE CONSERVAÇÃO

A Resolução CONAMA nº 428, de 2010, dispõe que o licenciamento de empreendimentos de significativo impacto ambiental que possam afetar Unidade de Conservação específica ou sua zona de amortecimento, assim considerado pelo órgão ambiental licenciador, com fundamento no estudo ambiental, só poderá ser concedido após autorização do órgão responsável pela administração da unidade ou, no caso das Reservas Particulares de Patrimônio Natural (RPPN), pelo órgão responsável pela sua criação.

A autorização de que trata esta Resolução deverá ser solicitada pelo órgão ambiental licenciador, antes da emissão da primeira licença prevista, ao órgão responsável pela administração da unidade de conservação que se manifestará conclusivamente após avaliação dos estudos ambientais exigidos dentro do procedimento de licenciamento ambiental, no prazo de até 60 dias, a partir do recebimento da solicitação.

Conforme já abordado em item anterior, a Lei Complementar nº 140, de 2011 fixou as normas de cooperação entre os entes federativos nas ações administrativas decorrentes do exercício da competência comum relativas à proteção do meio ambiente. No caso das APAs, a definição do ente federativo responsável pelo licenciamento e autorização seguirá os critérios previstos nas alíneas “a”, “b”, “e”, “f” e “h” do inciso XIV do art. 7º, no inciso XIV do art. 8º e na alínea “a” do inciso XIV do art. 9º.

Desta forma, tanto a União, como os estados e os municípios, além do Distrito Federal, poderão licenciar atividades dentro dos limites das APAs. A determinação vai depender do impacto que a atividade gera, que se no caso concreto for local, caberá ao município, se regional, caberá ao Estado e se nacional, ou internacional, caberá à União. Deve-se observar que, quando se tratar de competência municipal e o município não possuir órgão ambiental capacitado para o licenciamento a competência será do Estado.

1.14 COMPENSAÇÃO AMBIENTAL

Nos casos de licenciamento ambiental de empreendimento de significativo impacto ambiental, assim considerado pelo órgão ambiental licenciador com fundamento em EIA/RIMA, o empreendedor fica obrigado a apoiar a implantação e a manutenção de unidade de conservação do Grupo de Proteção Integral. Tal obrigação deverá estar entre as condicionantes do processo de licenciamento ambiental.

Basicamente, esta é a obrigação da compensação ambiental, trazida ao ordenamento jurídico pela Lei Federal nº 9.985, de 2005 e contemplada na legislação mineira (Decreto nº 45.175, de 2009, Lei Estadual nº 20.922, de 2013 e Decreto nº 47.383, de 2018).

O aporte financeiro do empreendimento para cumprimento da obrigação será calculado com base no valor de referência do projeto e do Grau do Significativo Impacto.

Em Minas Gerais, o Decreto Estadual nº 45.175, de 2009 estabeleceu a metodologia de gradação dos impactos ambientais e procedimentos para fixação e aplicação da compensação ambiental. Ademais, conforme dita a Portaria IEF nº 77, de 2020, o requerimento do processo administrativo de compensação deverá ser realizado por meio eletrônico.

Os requerimentos por meio físico devolvidos por não atenderem a documentação necessária à formalização do processo administrativo, conforme as Portarias IEF nº 55, de 2012, e nº 27, de 2017, deverão ser realizados pelo sistema digital, após a sua adequação.

Vale ressaltar que o valor da compensação ambiental estará limitado a 0,5% do valor de referência. A seguir apresentam-se as principais normas sobre o tema.



1.15 CONDICIONANTES AMBIENTAIS

O Decreto Estadual nº 47.383, de 2018 trouxe em seu artigo 28 que o gerenciamento dos impactos ambientais e o estabelecimento de condicionantes nas licenças ambientais deve atender à certa ordem de prioridade, aplicando-se em todos os casos a diretriz de maximização dos impactos positivos, bem como de evitar, minimizar ou compensar os impactos negativos da atividade ou empreendimento.

Importante salientar que as condicionantes ambientais devem ser acompanhadas de fundamentação técnica por parte do órgão ambiental, que aponte a relação direta com os impactos ambientais da atividade ou empreendimento, identificados nos estudos requeridos no processo de licenciamento ambiental, considerando os meios físico, biótico e socioeconômico, bem como ser proporcionais à magnitude desses impactos.

Assim, respeitada a relação direta, o órgão ambiental poderá estabelecer condições especiais para a implantação ou operação do empreendimento, bem como garantir a execução das medidas para gerenciamento dos impactos ambientais inerentes ao projeto.

Destaca-se que além da fiscalização ambiental que deve ser constante, o monitoramento e acompanhamento das condicionantes ambientais são ponto central na interlocução entre o órgão de fiscalização e controle e o empreendimento.

Por fim, para fins práticos, ressalta-se que a contagem do prazo para cumprimento das condicionantes se iniciará a partir da data de publicação da licença ambiental.

1.16 RECURSOS HÍDRICOS

O gerenciamento dos recursos hídricos no Brasil, tem como norte a Lei nº 9.433, de 1997, que institui a Política Nacional de Recursos Hídricos (PNRH). A seguir apresentam-se os fundamentos, objetivos, diretrizes, instrumentos e sistema do sistema de gerenciamento dos recursos hídricos brasileiros.



OBJETIVOS DA POLÍTICA NACIONAL DE RECURSOS HÍDRICOS



Assegurar à atual e às futuras gerações a necessária disponibilidade de água, em padrões de qualidade adequados aos respectivos usos.



A utilização racional e integrada dos recursos hídricos, incluindo o transporte aquaviário, com vistas ao desenvolvimento sustentável.



Incentivar e promover a captação, a preservação e o aproveitamento de águas pluviais.



A prevenção e a defesa contra eventos hidrológicos críticos de origem natural ou decorrentes do uso inadequado dos recursos naturais.

DIRETRIZES DA POLÍTICA NACIONAL DE RECURSOS HÍDRICOS



A gestão sistemática dos recursos hídricos, sem dissociação dos aspectos de quantidade e qualidade.

A adequação da gestão de recursos hídricos às diversidades físicas, bióticas, demográficas, econômicas, sociais e culturais das diversas regiões do País.

A articulação do planejamento de recursos hídricos com o dos setores usuários e com os planejamentos regional, estadual e nacional.

A integração da gestão de recursos hídricos com a gestão ambiental.

A União articular-se-á com os Estados tendo em vista o gerenciamento dos recursos hídricos de interesse comum.

A integração da gestão das bacias hidrográficas com a dos sistemas estuarinos e zonas costeiras.

A articulação da gestão de recursos hídricos com a do uso do solo.

INSTRUMENTOS DA POLÍTICA NACIONAL DE RECURSOS HÍDRICOS



Para a execução da PNRH e temas correlatos, foi criado pela Lei Federal nº 9.433, de 1997 o sistema nacional de gerenciamento de recursos hídricos.

Os órgãos e entidades que compõem o Sistema Nacional de Gerenciamento de Recursos hídricos são: Conselho Nacional de Recursos Hídricos, Agência Nacional de Águas, Conselhos de Recursos Hídricos dos Estados e do Distrito Federal, Comitês de Bacia Hidrográfica, Órgãos dos poderes públicos federal, estaduais, do Distrito Federal e municipais cujas competências se relacionem com a gestão de recursos hídricos e as Agências de Água.

No âmbito do Estado de Minas Gerais, a referência legal para a gestão dos recursos hídricos é a Lei nº 13.199, de 1999, que dispõe sobre a Política Estadual de Recursos Hídricos (PERH). A legislação mineira compartilha de dispositivos já estabelecidos na PNRH e, ainda, detalha a execução da política estadual.

Importante observar que o gerenciamento integrado dos recursos hídricos deve observar e respeitar os usos múltiplos, sem esquecer as funções ecossistemas desse essencial atributo da natureza. Este ponto é de central entendimento pois, dentro de uma bacia hidrográfica, deve ser respeitada a capacidade do aproveitamento da água, enquanto recurso, sem que se

comprometa funções ecológicas fundamentais. Ainda, dentro das possibilidades e efetivos usos da água, deve haver balanço e atendimento às condições outorgadas pois, a condição de uso de um pode afetar diretamente a condição de uso de outro, além de comprometer a própria existência da água ou usabilidade do recurso.

Para implementação da PERH e o gerenciamento do uso da água em Minas Gerais, foram estipulados instrumentos que tem relação direta com as atividades que demandem o uso do recurso hídrico. São eles:

PLANO ESTADUAL DE RECURSOS HÍDRICOS

Deverá conter:



A divisão hidrográfica do Estado, na qual se caracterizará cada bacia hidrográfica utilizada para o gerenciamento descentralizado e compartilhado dos recursos hídricos.



As diretrizes e os critérios para o gerenciamento de recursos hídricos.

PLANOS DIRETORES DE RECURSOS HÍDRICOS DE BACIAS HIDROGRÁFICAS

Tem por finalidade fundamentar e orientar a implementação de programas e projetos e conterá, no mínimo:



Análise de opções de crescimento demográfico, de evolução de atividades produtivas e de modificação dos padrões de ocupação do solo.



Prioridade para outorga de direito de uso de recursos hídricos.



Diretrizes e critérios para cobrança pelo uso dos recursos hídricos.



Proposta para a criação de áreas sujeitas à restrição de uso, com vistas à proteção de recursos hídricos e de ecossistemas aquáticos.

PLANO ESTADUAL DE RECURSOS HÍDRICOS

Objetivos:



Reunir, dar consistência e divulgar dados e informações sobre as situações qualitativa e quantitativa dos recursos hídricos do Estado, bem como informações socioeconômicas relevantes para o seu gerenciamento.



Atualizar, permanentemente, as informações sobre a disponibilidade e a demanda de recursos hídricos e sobre ecossistemas aquáticos, em todo o território do Estado.

ENQUADRAMENTO DOS CORPOS DE ÁGUA EM CLASSES, SEGUNDO SEUS USOS PREPONDERANTES

Visa:



Assegurar qualidade de água compatível com os usos mais exigentes.



Diminuir os custos de combate à poluição da água, mediante ações preventivas permanentes.

OUTORGA DOS DIREITOS DE USO DE RECURSOS HÍDRICOS



O regime de outorga de direitos de uso de recursos hídricos do Estado tem por objetivo assegurar os controles quantitativos e qualitativos dos usos da água e o efetivo exercício dos direitos de acesso à água. Destacamos alguns usos sujeitos a outorga:



A outorga efetivar-se-á por ato do Instituto Mineiro de Gestão das Águas – IGAM.



A outorga confere ao usuário o direito de uso do corpo hídrico, condicionado à disponibilidade de água, o que não implica a alienação parcial das águas, que são inalienáveis.



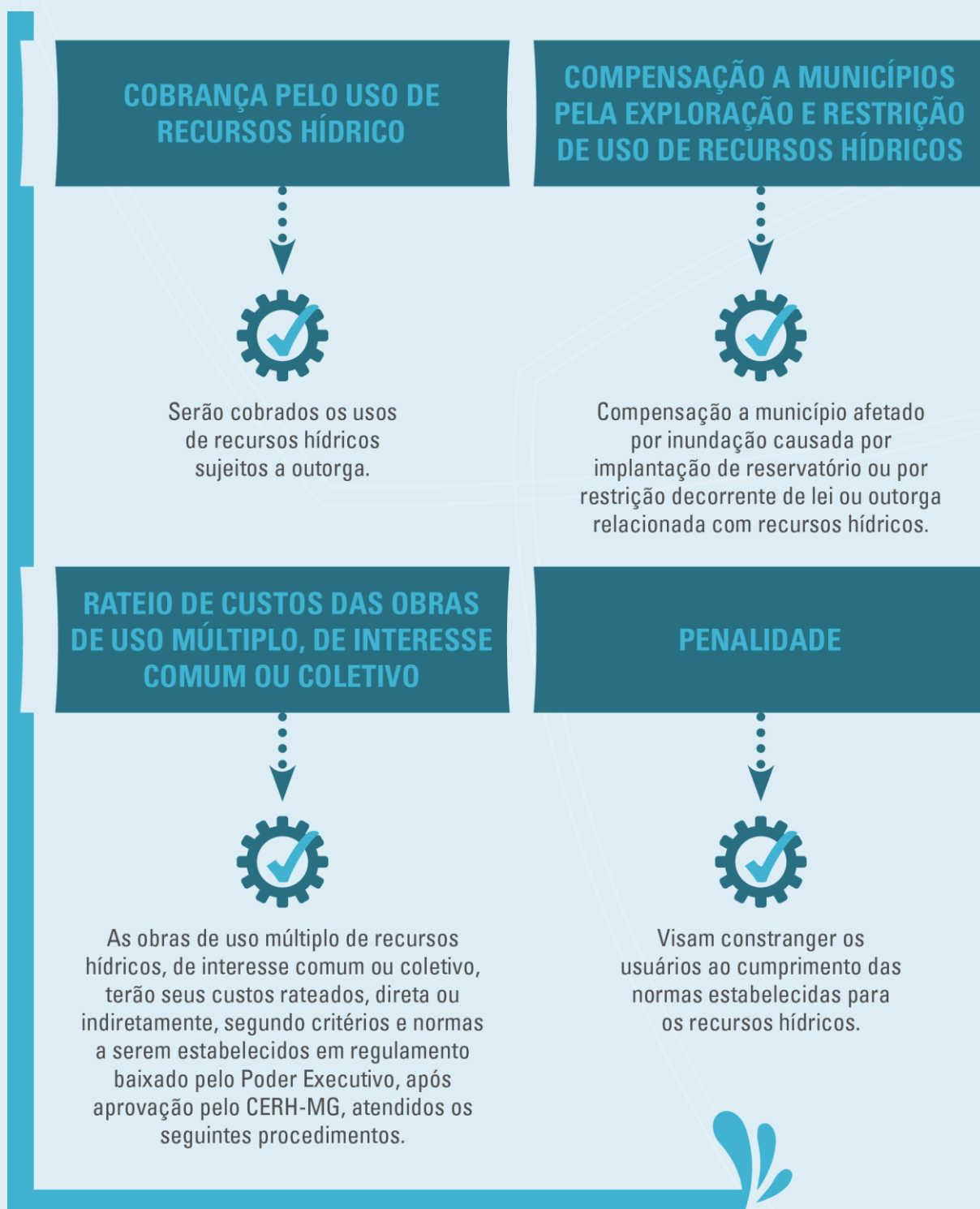
A extração de água de aquífero subterrâneo para consumo final ou insumo de processo produtivo.



O lançamento, em corpo de água, de esgotos e demais efluentes líquidos ou gasosos, tratados ou não, com o fim de sua diluição, transporte ou disposição final.



Outros usos e ações que alterem o regime, a quantidade ou a qualidade da água existente em um corpo de água.



Destaca-se, dentre os instrumentos da Política Estadual de Recursos Hídricos, a “Outorga de Direito de Uso de Recursos Hídricos”.

Conforme disposto no portal InfoHídrico³ “a outorga é o instrumento de gestão das águas que assegura ao usuário o direito de utilizar os recursos hídricos, no entanto, essa autorização não dá ao usuário a propriedade de água. A outorga de direito de uso de recursos hídricos

³ <http://portalinfohidro.igam.mg.gov.br/regulacao-de-usos-de-recursos-hidricos>

deve assegurar o efetivo exercício dos direitos de acesso à água, bem como garantir que existam múltiplos usos nas bacias hidrográficas. A correta aplicação do instrumento da outorga, mais do que um ato de regularização ambiental, se destina a disciplinar a demanda crescente das águas superficiais e subterrâneas entre os diversos usos concorrentes e ainda a indicar aos usuários de recursos hídricos, a necessidade da adoção de práticas conservacionistas.”

Nos termos da Lei nº 9.433, de 1997 (Política Nacional de Recursos hídricos), estão sujeitos a outorga pelo Poder Público, as atividades que alterem o regime, a quantidade ou a qualidade da água existente em um corpo de água. Inclusive constitui infração a derivação ou a utilização de recursos hídricos, superficiais ou subterrâneos, que implique alterações no regime, quantidade ou qualidade dos mesmos, sem autorização dos órgãos ou entidades competentes.

Assim, a outorga de direito de uso de recursos hídricos deve respeitar a classe de enquadramento do curso d'água, por meio de limites para parâmetros de qualidade das águas. Deste modo, o levantamento e análise dos lançamentos por usuário possibilitará a estimativa e a previsão dos impactos cumulativos sobre a qualidade das águas, bem como conflitos entre usos e usuários.

1.17 COMITÊ DE BACIA - COMPETÊNCIA ADMINISTRATIVA

Os comitês de bacias têm uma relevância central no gerenciamento dos recursos hídricos, uma vez que têm poder mobilizador devendo promover o debate das questões relacionadas com os recursos hídricos e articular a atuação de órgãos e entidades intervenientes.

Tem papel mediador, uma vez que, em primeira instância administrativa, deve arbitrar sobre os conflitos relacionados com os recursos hídricos. Esta é uma situação que pode ser aumentada tendo em vista a diminuição do volume de água disponível na região.

Ao ser competente para aprovar os Planos Diretores de Recursos Hídricos das Bacias Hidrográficas, Planos de Aplicação dos Recursos Arrecadados com a Cobrança pelo Uso de Recursos Hídricos e o Plano Emergencial de Controle de Quantidade e Qualidade de Recursos Hídricos, tais comitês tem grande relevância na definição do presente e construção do futuro da bacia hidrográfica.

Além de outras atribuições extremamente relevantes, destacamos, por fim, que aos comitês de bacia cabe aprovar, a outorga dos direitos de uso de recursos hídricos para empreendimentos de grande porte e com potencial poluidor.

A seguir apresentam-se os principais instrumentos jurídicos relativos ao tema.



COMITÊ DE BACIA

1.18 OUTROS TEMAS AMBIENTAIS RELEVANTES

4.18.1 EMISSÕES ATMOSFÉRICAS

O monitoramento da qualidade do ar é realizado para determinar o nível de concentração de um grupo de poluentes universalmente consagrados como indicadores, selecionados devido à sua maior frequência de ocorrência na atmosfera e que devido a quantidade, concentração, tempo ou outras características, podem tornar o ar impróprio ou nocivo à saúde, inconveniente ao bem-estar público, danoso aos materiais, à fauna e flora ou prejudicial à segurança, ao uso e gozo da propriedade ou às atividades normais da comunidade.

Por meio da Resolução CONAMA nº 491, de 2018, foram definidos padrões de qualidade do ar para cada substância, ou seja, limites máximos de concentração que, quando ultrapassados, podem ser danosos. A divulgação dos dados do monitoramento é realizada por meio do cálculo dos Índices de Qualidade do Ar (IQA) – uma ferramenta matemática utilizada para converter as concentrações dos poluentes nas escalas boa, regular, inadequada, má, péssima e crítica.

Considerando as diretrizes do CONAMA contidas na Resolução nº 382, de 2006, em Minas Gerais, a Deliberação Normativa COPAM 187, de 2013, estabelece as condições e os limites máximos de emissão (LME) de poluentes atmosféricos para fontes fixas. Entre outras determinações, a norma estadual dita que o lançamento de poluentes atmosféricos deve ser realizado por meio de dutos ou chaminés que atendam aos requisitos necessários à execução de amostragem para determinação direta de poluentes, independente da utilização ou não de monitoramento automático da fonte. A seguir apresentam-se as principais normas sobre o tema.

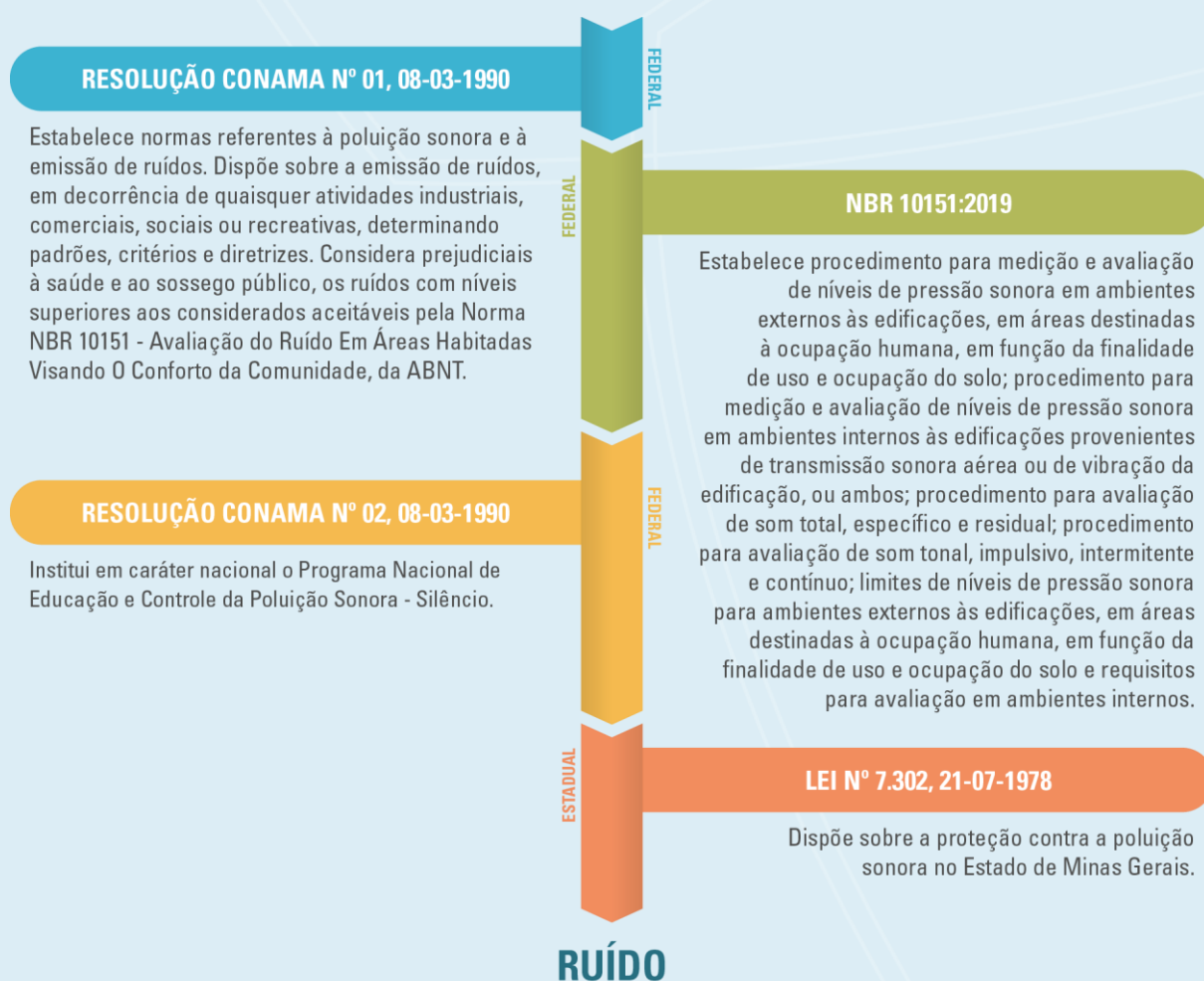


EMISSÕES ATMOSFÉRICAS - QUALIDADE DO AR

4.18.2 RUÍDO AMBIENTAL E VIBRAÇÃO

De acordo com o Conselho Nacional de Meio Ambiente (CONAMA), a emissão de ruídos, em decorrência de quaisquer atividades industriais deve obedecer ao interesse da saúde, do sossego público, aos padrões, critérios e diretrizes de efetuadas de acordo com a NBR 10151 - Avaliação do Ruído em Áreas Habitadas visando o conforto da comunidade.

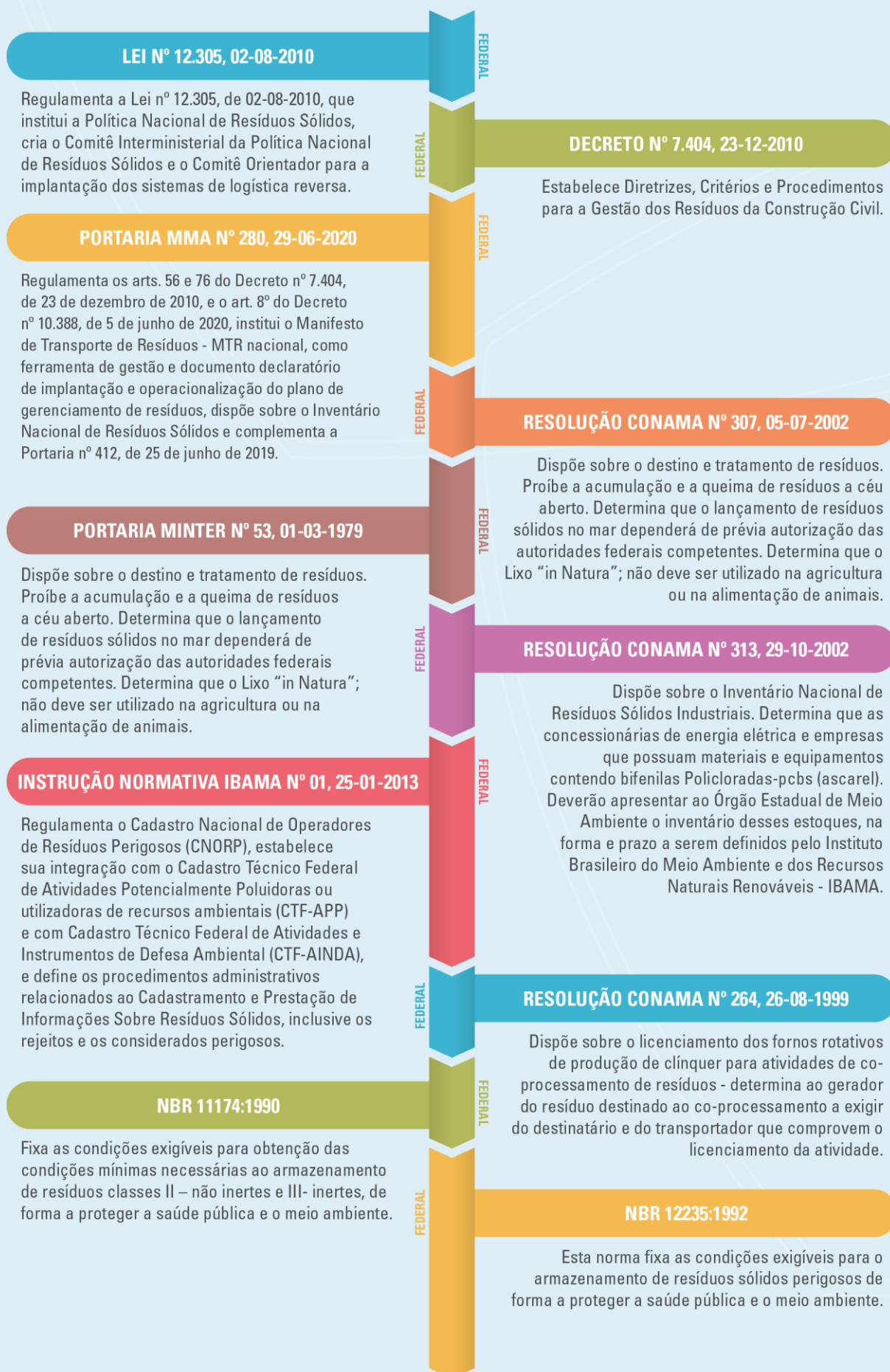
No Estado de Minas Gerais, a Lei Estadual nº 7.302, de 1978 também estabeleceu mecanismos de controle de dispõe sobre a proteção contra a poluição sonora. A seguir apresentam-se as principais normas sobre o tema.



4.18.3 RESÍDUOS SÓLIDOS

Dentre os principais objetivos da Lei nº 12.305, de 2010 (Política Nacional de Resíduos Sólidos) estão a não geração, redução, reutilização, reciclagem e tratamento dos resíduos sólidos, bem como disposição final ambientalmente adequada dos rejeitos.

A seguir, apresentam-se as principais normas sobre o tema.





RESÍDUOS SÓLIDOS

1.19 FLORA

A fim de atender os critérios da CF/1988 relacionados ao tema, a Lei nº 12.651, de 2012 (Novo Código Florestal), estabelece normas sobre a proteção da vegetação nativa em geral, a exploração florestal, o fornecimento de matéria-prima florestal, o controle da origem dos produtos florestais, o controle e prevenção dos incêndios florestais, e a previsão de instrumentos econômicos e financeiros para o alcance de seus objetivos. De forma complementar, em Minas Gerais, a Lei nº 20.922, de 2013 apresenta a Política Florestal e de Proteção à Biodiversidade.

4.19.1 COMPENSAÇÃO FLORESTAL

A chamada compensação florestal tem como principal objetivo compensar a supressão de vegetação nativa com recuperação de outra área no mesmo bioma.

- **Área de Preservação Permanente (APP):** a compensação florestal de Área de Preservação Permanente (APP) requer necessariamente a recuperação de outra área com tais características, preferencialmente na mesma área do empreendimento ou na mesma microbacia.
- **Mata Atlântica:** a lei da Mata Atlântica, Lei Federal nº 11.428, de 2006, prevê que em casos de supressão de vegetação primária ou secundária nos estágios médio ou avançado, será necessária a compensação florestal em área equivalente dentro mesmo bioma.
- **Espécies Protegidas e Imunes de Corte ou Ameaçadas de Extinção:** para a realização de supressão de espécies protegidas e imunes de corte ou ameaçadas de extinção também se aplica a medida compensatória, com a necessidade do plantio compensatório das mesmas espécies.
- **Minerária:** o empreendimento minerário que dependa de supressão de vegetação nativa fica condicionado à adoção, pelo empreendedor, de medida compensatória florestal que inclua a regularização fundiária e a implantação de Unidade de Conservação de Proteção Integral, independentemente das demais compensações previstas em lei, conforme descrito na política florestal e de proteção à biodiversidade no Estado de Minas Gerais (Lei nº 20.922, de 16/2013).

A seguir, apresenta-se um resumo das principais normas sobre o tema.



4.19.2 ÁREAS E BIOMAS ESPECIALMENTE PROTEGIDOS

4.19.2.1 ÁREAS DE PRESERVAÇÃO PERMANENTES (APP)

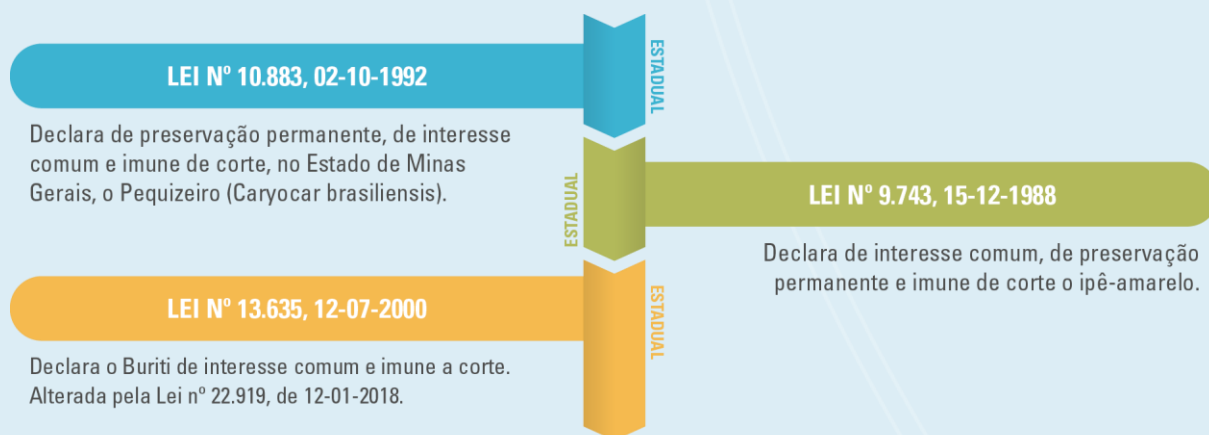
A Área de Preservação Permanentes (APP) é conceituada pelo Código Florestal Brasileiro como uma área protegida, coberta ou não por vegetação nativa, com a função ambiental de preservar os recursos hídricos, a paisagem, a estabilidade geológica e a biodiversidade, facilitar o fluxo gênico de fauna e flora, proteger o solo e assegurar o bem-estar das populações humanas.

A intervenção ou a supressão de vegetação nativa em Área de Preservação Permanente somente ocorrerá nas hipóteses de utilidade pública e de interesse social ou atividades eventuais ou de baixo impacto ambiental.

O órgão ambiental estabelecerá, previamente à emissão da autorização para a intervenção ou supressão de vegetação em APP, as medidas compensatórias que consistem na efetiva recuperação ou recomposição de APP e deverão ocorrer na mesma sub-bacia hidrográfica, e prioritariamente, na área de influência do empreendimento, ou nas cabeceiras dos rios.

4.19.2.2 ESPÉCIES IMUNES AO CORTE

Para a realização de supressão de espécies protegidas e imunes de corte ou ameaçadas de extinção também se aplica a compensação florestal, com a necessidade do plantio compensatório das mesmas espécies. A seguir apresenta-se um resumo das principais normas sobre o tema.



ESPÉCIES IMUNES AO CORTE

4.19.2.3 ÁREAS PRIORITÁRIAS PARA CONSERVAÇÃO, UTILIZAÇÃO SUSTENTÁVEL E REPARTIÇÃO DE BENEFÍCIOS DA BIODIVERSIDADE

As áreas Prioritárias para Conservação da Biodiversidade consideradas para fins de instituição de unidades de conservação, no âmbito do Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza – SNUC, pesquisa e inventário da biodiversidade, utilização, recuperação de áreas degradadas e de espécies sobre-explotadas ou ameaçadas de extinção

e repartição de benefícios derivados do acesso a recursos genéticos e ao conhecimento tradicional associado.

4.19.2.4 RESERVA DA BIOSFERA

A Reserva da Biosfera (RB) é um modelo, adotado internacionalmente, de gestão integrada, participativa e sustentável dos recursos naturais. São reconhecidas pelo Programa "O Homem e a Biosfera (MAB)" da Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO).

Essas áreas devem ser locais de excelência para trabalhos de pesquisa científica, experimentação e demonstração de enfoques para conservação e desenvolvimento sustentável na escala regional. A seguir, apresenta-se um resumo das principais normas sobre o tema.



4.19.2.5 BIOMA PROTEGIDO - MATA ATLÂNTICA

A lei que regulamenta a utilização e proteção do bioma Mata Atlântica (Lei Federal nº 11.428, de 2006) prevê que a **supressão de vegetação secundária em estágio avançado e médio de regeneração** para fins de atividades minerárias somente será admitida mediante:

“I - Licenciamento ambiental, condicionado à apresentação de Estudo Prévio de Impacto Ambiental/Relatório de Impacto Ambiental - EIA/RIMA, pelo empreendedor, e desde que demonstrada a inexistência de alternativa técnica e locacional ao empreendimento proposto.

II - Adoção de medida compensatória que inclua a recuperação de área equivalente à área do empreendimento, com as mesmas características ecológicas, na mesma bacia hidrográfica e sempre que possível na mesma microbacia hidrográfica, independentemente do disposto no art. 36 da Lei nº 9.985, de 18 de julho de 2000.”

Portanto, tal intervenção estará sujeita ao licenciamento ambiental, condicionada à apresentação do EIA/RIMA e só poderá ocorrer se ficar demonstrada a inexistência de alternativa técnica e locacional. Além disso, há também a obrigação da adoção de medida compensatória, que inclua a recuperação de área equivalente à área do empreendimento, com as mesmas características ecológicas, na mesma bacia hidrográfica.

Ressalta-se que esta medida compensatória não exclui a obrigação de implantar e manter unidade de conservação do Grupo de Proteção Integral, aplicável nos casos de licenciamento ambiental de empreendimentos de significativo impacto ambiental, conforme prevê a Lei Federal nº 9.985, de 2000.

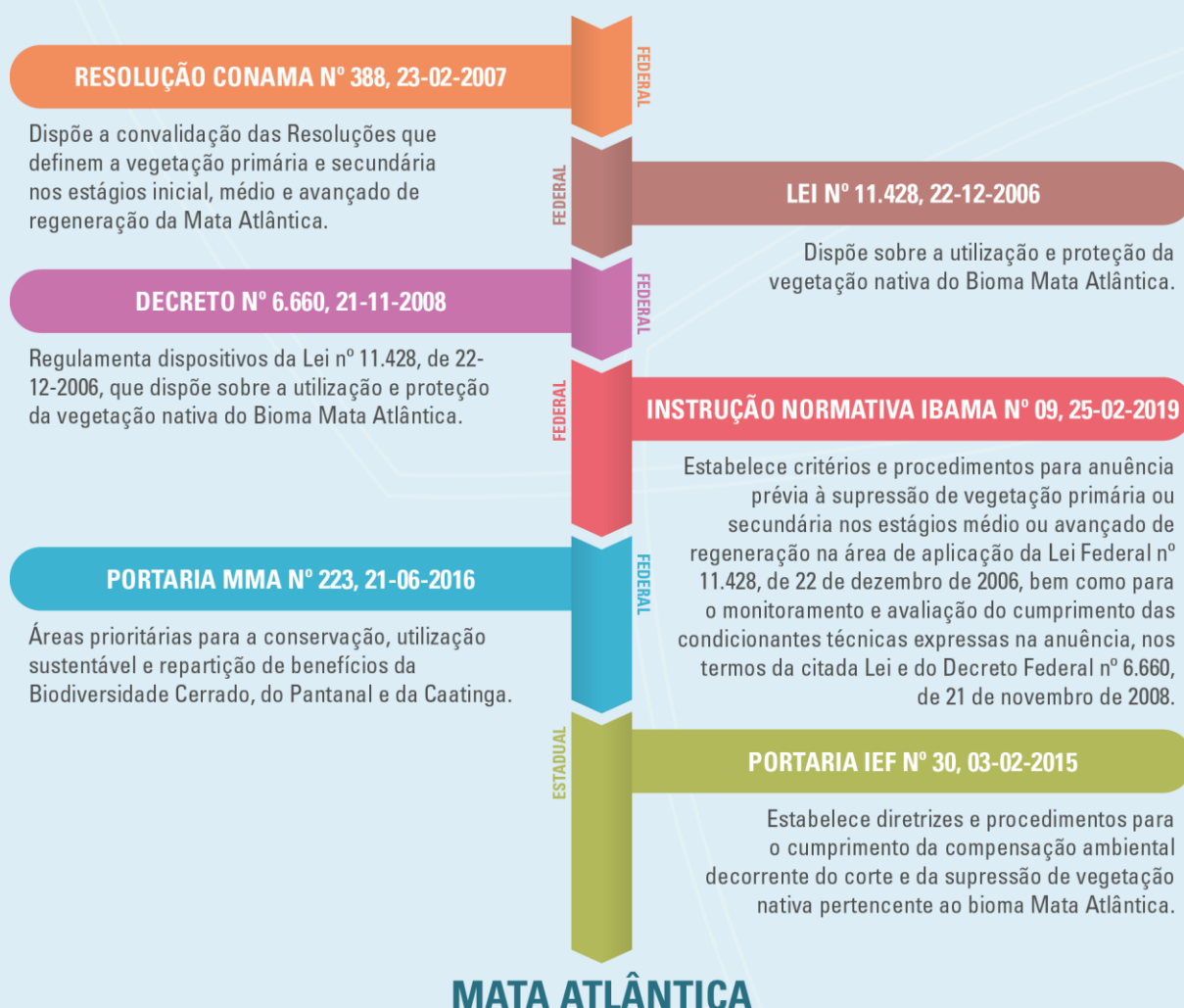
Em seu art. 14, a Lei Federal nº 11.428, de 2006 determina que os casos de supressão de vegetação primária e secundária no estágio avançado de regeneração somente poderá ser autorizada em caso de utilidade pública, sendo que a vegetação secundária em estágio médio de regeneração poderá ser suprimida nos casos de utilidade pública e interesse social, em todos os casos devidamente caracterizados e motivados em procedimento administrativo próprio, quando inexistir alternativa técnica e locacional ao empreendimento proposto.

A norma reconhece como utilidade pública, as atividades de segurança nacional e proteção sanitária; as obras essenciais de infraestrutura de interesse nacional destinadas aos serviços públicos de transporte, saneamento e energia, declaradas pelo poder público federal ou dos Estados. Já o interesse social contempla as atividades imprescindíveis à proteção da integridade da vegetação nativa, as atividades de manejo agroflorestal sustentável praticadas na pequena propriedade ou posse rural familiar e demais obras, planos, atividades ou projetos definidos em resolução do CONAMA.

O corte ou a supressão de vegetação primária ou secundária nos estágios médio ou avançado de regeneração do Bioma Mata Atlântica ficam condicionados à compensação ambiental, na forma da destinação de área equivalente à extensão da área desmatada, seguindo as mesmas características ecológicas, na mesma bacia hidrográfica e, sempre que possível, na mesma microbacia hidrográfica.

Contudo, se ficar constatado pelo órgão ambiental a impossibilidade da compensação ambiental, será exigida a reposição florestal, com espécies nativas, em área equivalente à

desmatada, na mesma bacia hidrográfica, sempre que possível na mesma microbacia hidrográfica. A seguir apresenta**-se um resumo das principais normas sobre o tema.



1.20 RESERVA LEGAL

A Constituição Federal de 1988 destaca que as Reservas Legais (RL), Áreas de Preservação Permanente (APP) e as Unidades de Conservação (UCs), são institutos jurídicos classificados como pertencentes aos espaços especialmente protegidos, com a finalidade comum de garantir um meio ambiente ecologicamente equilibrado, configurando-se como instrumentos de manutenção da biodiversidade e, conseqüentemente, dos processos e serviços ecológicos.

A Reserva Legal, que é regulamentada pela Lei nº 12.651, de 2012 e, em Minas Gerais, abordada Lei nº 20.922, de 2013, é a área localizada no interior de uma propriedade ou posse rural, com a função de assegurar o uso econômico de modo sustentável dos recursos naturais do imóvel rural, auxiliar a conservação e a reabilitação dos processos ecológicos e da biodiversidade, abrigar a fauna silvestre e proteger a flora nativa.

A área de reserva legal deverá ser equivalente a no mínimo 20% (vinte por cento) da área total do imóvel uso restrito, sendo vedados os cortes rasos, a alteração do uso do solo e a exploração com fins comerciais.

A regularização da Reserva Legal está vinculada ao Cadastro Ambiental Rural (CAR). Portanto, a aprovação dos processos de licenciamento, intervenção ambiental, outorga de água, crédito rural e transmissão de títulos de propriedades estão condicionados à regularização da Reserva legal junto à Secretaria Estadual de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável (SEMAD).

1.21 CADASTRO AMBIENTAL RURAL - CAR

O Cadastro Ambiental Rural – CAR, criado pela Lei nº 12.651, de 2012, é o registro público eletrônico de âmbito nacional, obrigatório para todos os imóveis rurais, que possui a finalidade de integrar as informações ambientais das propriedades e posses rurais, formando uma base de dados estratégica para controle, monitoramento, planejamento ambiental e econômico e combate ao desmatamento.

A inscrição de imóvel rural no CAR, que é requisito para o processo de licenciamento ambiental, é gratuita e o seu preenchimento é de responsabilidade dos proprietários/possuidores do imóvel rural. Para os imóveis acima de quatro módulos fiscais é obrigatória a confecção de planta assinada por responsável técnico. Para os imóveis de até quatro módulos fiscais, poderá ser apresentado croqui ou planta. O Recibo de Inscrição, gerado após o envio do arquivo “CAR” ao SICAR, representa a confirmação de que foi realizada a declaração do imóvel rural no CAR. A seguir, apresenta-se um resumo das principais normas sobre o tema.



1.22 FAUNA TERRESTRE E AQUÁTICA

É competência do Estado proteger a fauna silvestre terrestre e aquática a fim de assegurar a diversidade das espécies e dos ecossistemas, bem como a preservação do patrimônio genético, definindo mecanismos para a sua proteção.

A Lei Complementar nº 140, de 2011, compartilhou a gestão da fauna silvestre entre a União e os estados. Com a assinatura do Acordo de Cooperação entre o IBAMA/MG, a SEMAD e o IEF, as atividades relacionadas à gestão, fiscalização, recebimento, manejo e destinação da fauna silvestre em Minas Gerais passaram a ser realizadas também pelas Instituições Estaduais. O IEF é órgão responsável pela análise e concessão de autorizações para captura, coleta e transporte da fauna silvestre, referente a etapa de inventariamento por meio dos Escritórios Regionais ou das Superintendências Regionais de Regularização Ambiental – SUPRAM.

Conforme apresentado em quadro na sequência, no Estado de Minas Gerais a legislação estabelece os procedimentos relativos às autorizações para manejo de fauna silvestre terrestre e aquática na área de influência de empreendimentos e atividades consideradas efetiva ou potencialmente causadoras de impactos à fauna, sujeitas ou não ao licenciamento ambiental.

A seguir, apresenta-se um resumo das principais normas sobre o tema.



FAUNA TERRESTRE E AQUÁTICA – CITES

